MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral dos Serviços Centrais

Repartição do Pessoal Civil Colonial

Secção do Pessoal de Justiça e Cultos

Diploma legislativo colonial n.º 81

(Decreto)

Tendo o decreto n.º 8:213, de 26 do Junho de 1922, estabelecido no seu artigo 1.º que os missionários que ainda não deram por finda a sua comissão e tenham mais de dez anos de serviço nas missões poderão ser autorizados, por portaria do Ministro das Colónias, a prestar serviço no Colégio das Missões dos Padres Seculares, nos cargos administrativos ou como professores, quando para isso forem requisitados pela autoridade superior do mesmo Colégio;

Considerando que os dez anos de serviço exigidos a estes missionários para o exercício dos referidos cargos podem ser com vantagem reduzidos a seis, mesmo com o fim de se facilitar o recrutamento do professorado:

Hei por bem, usando da faculdade concedida ao Poder Executivo pelo artigo 67.º-B da Constituição Política da República Portuguesa e sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É reduzido a seis anos de serviço efectivo, nas missões o tempo fixado no decreto n.º 8:213, de 26 de Junho de 1922, para os missionários poderem ser requisitados para o desempenho dos cargos a que o mesmo decreto se refere.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Paços do Governo da República, 11 de Setembro de 1925.—**MANUEL TEIXEIRA GOMES**—*Isidoro Pedro Leger Pereira Leite.*

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Primário e Normal

3.ª Repartição

Decreto n.º 11:062

Considerando que, segundo o disposto no artigo 3.º da lei n.º 1:448, todas as nomeações para o ensino primário são feitas por decreto e submetidas ao visto do Conselho Superior de Finanças;

Considerando que os professores das escolas móveis são professores do ensino primário;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º As nomeações dos professores do quadro efectivo e provisório das escolas móveis são feitas em decreto e submetidas ao visto do Conselho Superior de Finanças.

Art. 2.º Os professores do quadro provisório são nomeados por um ano e serão reconduzidos sempre que o

serviço por eles prestado no ano anterior haja sido qualificado pelo menos de «suficiente».

Art. 3.º A recondução é feita mediante requerimento do interessado, instruído com atestado da qualidade do serviço prestado no ano anterior.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário e designadamente o artigo 16.º do decreto n.º 5:336.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, de 11 Setembro de 1925.—**MANUEL TEIXEIRA GOMES**—*João José da Conceição Camoesas.*

Decreto n.º 11:063

Considerando que os trabalhos escolares se realizam normalmente à mesma hora nas escolas de ensino primário geral e primário superior;

Considerando que, dentro das disposições regulamentares em vigor, é indiscutivelmente incompatível o exercício das funções de professor de ensino primário geral com o das de professor de ensino primário superior;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os indivíduos que acumulem o lugar de professor do ensino primário geral com o de professor de ensino primário superior devem optar por um deles no prazo de quinze dias, a contar da publicação do presente decreto.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 11 de Setembro de 1925.—**MANUEL TEIXEIRA GOMES**—*João José da Conceição Camoesas.*

Direcção Geral do Ensino Secundário

Decreto n.º 11:064

Tendo-se a Junta Geral do distrito de Portalegre e a respectiva Câmara Municipal responsabilizado pelas despesas a fazer com a elevação a central do Liceu de Mousinho da Silveira, em Portalegre, estando assim cumpridas as disposições do artigo 1.º do decreto n.º 10:453, de 13 de Janeiro de 1925;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, decretar que o Liceu Nacional de Mousinho da Silveira, em Portalegre, seja elevado à categoria de Liceu Central, com os cursos complementares de letras e de ciências.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 11 de Setembro de 1925.—**MANUEL TEIXEIRA GOMES**—*João José da Conceição Camoesas.*

Direcção Geral do Ensino Superior

1.ª Repartição

Decreto n.º 11:065

Tendo a Universidade de Coimbra proposto a criação de um curso de Agricultura Geral na Faculdade de Ciências da mesma Universidade;

Atendendo a que a criação do referido curso foi solicitada pelo Ministério da Agricultura e que estão asseguradas as verbas necessárias para fazer face às respectivas despesas;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É criado na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra um curso de agricultura geral.

Art. 2.º Os encargos provenientes da criação do referido curso são custeados pelo rendimento das respectivas propinas de inscrição e com a cota parte do subsídio concedido pela Junta do Fomento Agrícola ao Instituto Botânico do Dr. Júlio Henriques que se julgar necessária para cobrir as despesas do mesmo curso.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 11 de Setembro de 1925. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — João José da Conceição Camoesas.

Por ter saído com inexactilões no *Diário do Governo* n.º 178, 1.ª série, de 12 de Agosto de 1925, novamente se publica o seguinte diploma:

Decreto n.º 11:018

Não existindo ainda o regulamento especial a que se refere o § 3.º do artigo 50.º do estatuto universitário e tornando-se necessário esclarecer as disposições dos artigos 47.º e 48.º do mesmo estatuto;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º As juntas administrativas das Universidades podem dar às receitas universitárias, que não tenham atribuição especificada, as aplicações seguintes:

- 1.º — Serviços universitários já existentes;
- 2.º — Criação e instalação de serviços universitários novos;
- 3.º — Subsídios às Faculdades e Escolas para obras e instalação de serviços;
- 4.º — Obras para universitárias;
- 5.º — Despesas de representação da Universidade em congressos científicos, celebração de centenários, sessões solenes e comemorações, tanto no país como no estrangeiro, para que a Universidade tenha recebido convite especial e haja conveniência em que ela se faça representar;
- 6.º — Intercâmbio universitário, dentro ou fora do país;
- 7.º — Subsídio a associações académicas;
- 8.º — Publicações de anuários, boletins, revistas, etc.

Art. 2.º Os conselhos das Faculdades e Escolas podem dar às suas receitas e à parte da dotação orçamental que não têm atribuição taxativa as aplicações seguintes:

- 1.º — Viagens científicas dos respectivos professores e assistentes no país, nas colónias e no estrangeiro;
- 2.º — Criação de cadeiras ou cursos;
- 3.º — Desdobramento de cursos e cadeiras;
- 4.º — Contratos de professores e assistentes, nacionais ou estrangeiros;

- 5.º — Subsídio a qualquer Faculdade ou Escola;
- 6.º — Aquisição de material de ensino e mobiliário.
- 7.º — Obras de construção, reparação, conservação e vedação;
- 8.º — Excursões científicas;
- 9.º — Despesas de secretaria;
- 10.º — Despesas de expediente (água, gás, electricidade, telefones, seguro, limpeza do edificio, etc.);
- 11.º — Pessoal assalariado, com autorização superior;
- 12.º — Despesas de institutos, laboratórios, gabinetes e museus;
- 13.º — Aquisição e encadernação de livros e revistas;
- 14.º — Publicação de revistas, memórias, livros, guias de estudante, etc.;
- 15.º — Subsídio a associações académicas;
- 16.º — Despesas de representação da Faculdade ou Escola em congressos científicos, celebração de centenários, sessões solenes e comemorações, tanto no país como no estrangeiro, em que haja conveniência que a Faculdade ou Escola se faça representar;
- 17.º — Intercâmbio universitário no país ou no estrangeiro;
- 18.º — Despesas de professores fora da sua sede, em serviço da Faculdade ou Escola;
- 19.º — Todas as despesas consignadas nas respectivas leis orgânicas e regulamentos;
- 20.º — Despesas eventuais de interesse para a Faculdade ou Escola.

§ 1.º Para o n.º 2.º é indispensável a prévia aprovação do Senado Universitário.

§ 2.º Para os n.ºs 3.º e 4.º é indispensável a prévia aprovação do conselho académico da Universidade.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros das Finanças e da Instrução Pública assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 29 de Agosto de 1925. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — Alberto Torres Garcia — João José da Conceição Camoesas.

2.ª Repartição

Decreto n.º 11:066

Considerando que há toda a conveniência em adoptar o regime de empregados contratados para o provimento dos lugares de serventes e guardas no quadro das Secretarias Gerais, Faculdades, Escolas e mais estabelecimentos dependentes das três Universidades da República;

Considerando que o Governo pode tomar as providências conducentes a assegurar a maior eficácia dos serviços, desde que essas providências não importem aumento de despesa;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º O provimento dos lugares de serventes e guardas do quadro das Secretarias Gerais, Faculdades, Escolas e mais estabelecimentos dependentes das três Universidades da República será feito por contrato.

Art. 2.º O contrato não deverá ser por período superior a dois anos, podendo prorrogar-se sucessivamente por iguais períodos de tempo.